

Final da Constituinte não faz retomar investimentos

A conclusão dos trabalhos da Constituinte não animou empresários do setor privado nacional e multinacional a definirem os investimentos de médio e longo prazos no Brasil. A instabilidade política e econômica do governo é apontada como a razão principal para a falta de confiança. Aparentemente, no entanto, não há razão para indefinições.

Nas grandes empresas já estão criadas as condições objetivas fundamentais para a retomada dos investimentos:

a grande capacidade de auto-financiamento, pouca ociosidade, estrutura gerencial e administrativa moderna, penetração no mercado externo. Algumas companhias de grande porte confirmam seus projetos e grandes investimentos.

Alguns planos, no entanto, já foram engavetados e deverão fazer falta no esforço conjunto da economia para sustentar o crescimento da população e saldar a chamada dívida social. Para fazer frente a esse compromisso histórico, o país precisa crescer em ritmo

de 7% ao ano, o que implica investimentos anuais de US\$ 75 bilhões.

Num ponto, todos concordam: a necessidade de combater à inflação de 20% ao mês. Nessa cruzada, o presidente da Fiesp, Mário Amato, procura obter a simpatia do governo à tentativa de um acordo amplo com lideranças trabalhistas que leve a um pacto social. Apesar do apoio obtido do presidente Sarney, Amato não teve até agora a simpatia da área econômica do governo.

Empresas vivem dilema

Over pode ser tão arriscado quanto investir

O cidadão que aplicasse as suas economias no *overnight* no dia 1º de janeiro deste ano, esperando, alguns meses depois, manter o poder de compra e, assim, adquirir um carro zero quilômetro, cometeria um grande equívoco.

O dinheiro que garantia a aquisição do veículo no início do ano é insuficiente, oito meses depois, para que o dono dos recursos tivesse condições de fazer idêntico negócio. Os reajustes de preços dos carros no período inviabilizam essa equação para o bolso do interessado.

O exemplo é usado por Márcio Orlandi, sócio de Arthur Andersen, uma das empresas líderes de consultoria do país, para ilustrar o dilema em que se encontram muitas indústrias. Capitalizadas, com dinheiro no *overnight*, elas sabem que, quanto mais tempo passar, menos construirão, em razão dos pesados aumentos de custos de um novo investimento que superam qualquer aplicação financeira. Os empresários constatarem a necessidade de mudar de postura mas também de manter um comportamento cauteloso.

"Se alguém vê o final da atuação da Constituinte como um marco para uma reviravolta na economia, engana-se, porque esse marco não deverá levar a novos investimentos pelo menos a curto prazo, porque as dúvidas permanecem", acredita Orlandi, ao comentar que as empresas ainda avaliam os custos que decisões da Constituinte, como os benefícios trabalhistas, podem pesar em novos projetos. É o que pensa também Mozart Martins Dorna, consultor de empresas da Coopers & Lybrand.

Investimentos — O levantamento realizado por Orlandi demonstra que o primeiro semestre de 1988 mostrou que os investimentos em ativos imobilizados são irrelevantes e mal cobrem a depreciação do período nas fábricas em atividade.

O encerramento dos trabalhos da

Constituinte não significa que os investimentos possam ser retomados, analisa Antoninho Marmo Trevisan, presidente da empresa de consultoria e auditoria Trevisan & Associados, que identifica dois problemas que devem ser atacados de frente pelo governo para se criar um clima de segurança aos agentes econômicos: a inflação e a redução do déficit público.

Trevisan, que já comandou a Sest (Secretaria de Controle das Estatísticas), tem uma visão pragmática sobre o assunto: altas taxas de inflação levam o empresário a se encolher, buscando proteção para o seu dinheiro em diversos ativos.

O governo, diz Trevisan, deve centrar fogo na questão da dívida interna, que está por volta de US\$ 70 bilhões e o obriga a buscar recursos no *overnight*, através da colocação de títulos, para pagar os encargos desse débito das 176 estatais. Trevisan, propõe um fundo de ações do conjunto das estatais produtivas para substituir os títulos da dívida pública, que pressionam a inflação.

Deficit público — O economista Yoshiaki Nakano, que ocupou o cargo de principal assessor do então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, de maio a dezembro de 1987, analisa que as empresas, passam a uma nova etapa, com uma reavaliação do que elas podem fazer em termos de investimento.

Navarro calcula que os recursos do *overnight* situam-se entre US\$ 35 bilhões e US\$ 40 bilhões e podem sofrer algum impacto em razão do quadro de incertezas na economia e desconfia que a política de elevação das taxas de juros praticada pelo governo "é o caminho mais rápido para a hiperinflação".

Para ele o déficit público deve ser atacado, como defende Trevisan, mas vê na transferência brutal de recursos o grande complicador para que não haja investimentos maciços no país. E afirma que, às custas de megasuperávits na balança comercial, o Brasil vai transferir US\$ 10,6 bilhões em 1988, para pagar os juros da dívida externa, dos quais 80% de responsabilidade do setor público.

Alguns projetos são engavetados

As mais de cem leis complementares à nova Constituição que serão elaboradas pelo Congresso Nacional ainda são um empecilho para a retomada dos investimentos, segundo alguns empresários. Executivos de multinacionais, porém, acham que a instabilidade econômica e política do governo ainda não permite a confiança de que as regras do jogo não voltarão a mudar.

Mas para as multinacionais, a grande preocupação é com a decisão da Constituinte de dar preferência às empresas de capital nacional. Isto não chegou a assustar as empresas, a ponto de cortarem seus investimentos ou encerrarem suas atividades no país, mas deixou engavetados vários novos projetos. Entre essas empresas está a White Martins, que produz gases industriais. Segundo seu presidente, Félix de Bulhões, a empresa pretendia diversificar suas atividades. Mesmo assim, ela continuará investindo na área de gases industriais, eletrodo de grafite e soldagem. Este ano, disse Bulhões, serão US\$ 57 milhões, e para 1989 já estão previstos US\$ 70 milhões.

A Shell, que atua na distribuição de derivados de petróleo, com 4 mil 500 postos, na área química e de metais, com a Alumar, manterá os investimentos planejados de US\$ 230 milhões nos próximos dois anos. Para Omar Carneiro, diretor da empresa, daqui para a frente com a nova Constituição ficará mais difícil disputar recursos junto à matriz.

Preferência — A Xerox também não planeja arrefecer os investimentos, tanto que nos próximos três anos gastará US\$ 150 milhões em equipamentos e numa nova fábrica de copadoras em Manaus. Para o vice-presidente executivo da Xerox do Brasil, Gunnar Vikberg, provavelmente haverá alterações e adaptações nas leis ordinárias. "O ponto que dá preferência às empresas de capital brasileiro para vender ao governo será removido pela sociedade", diz.

O investimento da R. J. Reynolds deverá permanecer em torno de US\$ 5 milhões anuais, o suficiente para manter os equipamentos e a renovação da frota de carros. "Há disposição e dinheiro para investir, mas falta confiança nas regras do jogo", afirma Thomas McCoy, presidente da empresa.

Executivos confirmam mais



Rolf Loechner

seus interesses de longo prazo no país. De outro lado, acreditam que estas restrições, por nefastas, não terão vida longa.

Futuro — "Entendemos que o processo político é dinâmico e não se encerra com a costura da nova Constituição", explica Rolf Loechner, presidente da Bayer do Brasil e da Câmara do Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. O executivo, naturalizado brasileiro, lembra que agora terão início os trabalhos de elaboração da legislação complementar, e que eles conduzirão, no prazo de cinco anos, à revisão do texto constitucional. "Até lá, somente os pregadores das catástrofes temerão pelo futuro do país", acrescenta.

Lund, da câmara americana, compartilha esse ponto de vista. "Apesar de conter artigos contraproducentes, o novo texto fortalece o sistema democrático, e dentro da democracia os obstáculos podem ser removidos", diz ele.

Alguns executivos estão muito preocupados, como é o caso de José Augusto Marques, diretor de Relações Externas da Asea Brown-Boveri, multinacional suíço-sueca de equipamentos elétricos. Esta companhia tem 80% de seu faturamento ligados às encomendas governamentais, e está, evidentemente, muito apreensiva com o artigo da nova Constituição que ordena ao estado dar preferência de compra às empresas de capital nacional.

Mercado — "É cedo para se fazer uma análise mais profunda sobre investimentos, mas o panorama no primeiro momento não é muito animador", diz Marques. Sua empresa, que tem um

faturamento anual de US\$ 300 milhões no país, vê no Brasil "um mercado fantástico" para os seus produtos, principalmente na área de geração de energia.

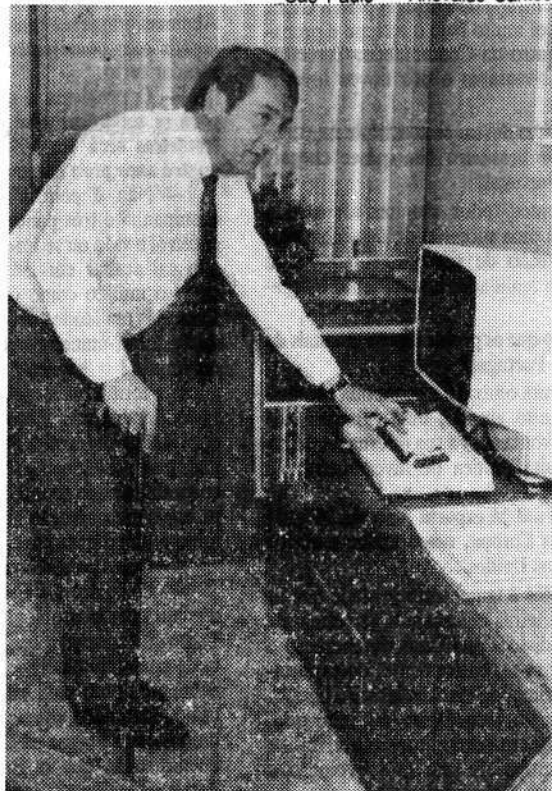
Loechner, o presidente da Bayer, diz que sua empresa não irá cancelar os investimentos já programados, mas ressalva que sem as novas restrições ao capital estrangeiro eles se processariam mais rapidamente. Poucas empresas, como a Rhodia — que vai tocar firme investimentos de US\$ 120 milhões por ano até 1992 — e a Ford — que em parceria com a Volks investirá US\$ 1,3 bilhão no mesmo período — irão adiante com seus planos sem reservas. "A Constituinte nunca foi inibidora de nossos investimentos", sustenta Luiz Carlos Mello, presidente da Ford.

Melhor seria, para o país, que as multinacionais — que têm aportados no país US\$ 26,2 bilhões e respondem por 26% da produção industrial brasileira — pensassem como a Ford.

"O perigo, com a discriminação, é que ela assusta os novos investimentos feitos por empresas que ainda não estão no país, mas poderiam, vindo para cá, ajudar no desenvolvimento", raciocina Lund, da Câmara americana. "Em termos quantitativos, o Brasil é um mercado espetacular", diz ele. "Mas quem está de fora e olha o país apenas pelo noticiário dos jornais pode enxergar apenas xenofobia e inflação."

Philips espera mudanças

São Paulo — Ariovaldo Santos



Sluiter: vento moderadamente contra

O administrador Franz Sluiter, diretor-superintendente da Philips brasileira, ramo vigoroso do quinto maior conglomerado mundial do setor de eletrônica, gosta de navegar. E é com a linguagem dos navegadores, afeitos aos caprichos do tempo, que este executivo de 49 anos, há 16 meses no Brasil, resume suas impressões sobre o clima que a nova Constituição criou para os investimentos da companhia que dirige.

"O vento sopra moderadamente contra", diz ele. "Mas é bom lembrar que os sistemas atmosféricos de alta e baixa pressão, que determinam os ventos, também mudam." Está aí, na expectativa de mudanças, a chave para entender o profundo otimismo desse holandês bem humorado, que vive há vinte anos longe do seu país e da matriz mundial da companhia, em relação ao futuro da economia brasileira e à participação da Philips nesse futuro.

Ele acredita que as restrições impostas pela Constituição à atuação do capital estrangeiro não serão interpretadas ao pé da letra. Confia, especificamente, em que a evolução das discussões no interior da sociedade e do governo brasileiros tornem inaplicáveis, na prática, as reservas de mercado embutidas no novo texto pela diferenciação entre empresas de capital estrangeiro e de capital nacional.

Planos — Ainda assim, a companhia — que já desativou negócios na área de telecomunicações e medicina devido a restrições impostas pela reserva de mercado na área de informática — prefere acautelar-se a curto prazo. "Vamos acompanhar a evolução das coisas antes de prosseguir com os planos de investimento", admite Sluiter.

Nos próximos quatro anos, a Philips planeja investir 400 milhões de dólares no

Brasil. Esta capital viria se somar aos US\$ 800 milhões trazidos pela companhia em seus 80 anos de Brasil.

"No nosso negócio, quem não investe fecha as portas em quatro ou cinco anos", ensina o executivo, cuja companhia lidera o ranking nacional do setor eletroeletrônico, com um faturamento estimado em US\$ 570 milhões. Obviamente, a Philips não pretende fechar suas portas. Até porque, pondera seu superintendente, a Constituição não revogou as vantagens comparativas que o país oferece como praça de investimento.

"Como poucas nações, o Brasil tem um mercado com economia de escala, infra-estrutura industrial, mão-de-obra treinada e matérias-primas abundantes", enumera Sluiter. Não é pouco, mesmo para uma multinacional que tem fábricas operando na China, Japão, Estados Unidos e domina, sobranceira, o mercado europeu: "Temos uma visão a longo prazo do Brasil."

Empresa privada está capitalizada

Do ponto de vista das grandes empresas privadas instaladas no Brasil, já estão criadas as condições fundamentais para a retomada dos investimentos: grande capacidade de autofinanciamento; nível de capitalização elevado que permite o aumento de alavancagem financeira sem assumir riscos muito altos; capacidade de ociosidade baixa; estrutura gerencial e administrativa moderna; e razoável penetração no mercado externo.

Essas foram, em linhas gerais, as principais conclusões a que chegou o economista e consultor de empresas Domingos Rodrigues, ao final de uma detalhada pesquisa sobre os indicadores econômicos e financeiros de 230 grandes grupos empresariais, entre 1970 e 1987. A análise desses indicadores, segundo o economista, mostra claramente que as empresas privadas adotaram uma postura gerencial completamente diferenciada daquela seguida pelas estatais. Como decorrência, apresentam hoje uma situação econômico-financeira muito melhor que as últimas, constituindo-se nos principais ativos do país.

Lucros — O trabalho mostra ainda que embora a rentabilidade das empresas privadas brasileiras tenha declinado entre 1975 e 1983, acompanhando a desaceleração do crescimento econômico, ela voltou a crescer de forma expressiva a partir de 1984. Em 1987, por exemplo, a margem de lucro média das 500 maiores empresas norte-americanas foi de 4,6% enquanto que a média das empresas brasileiras foi de aproximadamente 10%, descontado os casos anormais. Além disso, o fato de a margem bruta de lucro das empresas nacionais privadas ter subido de 30,1% em 1986 para 42,4% no ano passado aliado aos bons resultados obtidos no primeiro semestre deste ano mostra, segundo Domingos Rodrigues, que a lucratividade bruta das empresas já está colocada num patamar bastante favorável.

Em função desses indicadores — conclui Domingos —, o papel dos empresários não deve ser distribuir o capital acumulado em suas empresas: seria um erro histórico. O que eles devem fazer é utilizar o seu estoque de capital.

Simonsen vê instabilidade

A Constituinte afastou as dúvidas sobre a questão institucional mas não avançou o suficiente para que as empresas se sentissem seguras nas suas opções de investir. Economistas e consultores como o ex-ministro, Mário Henrique Simonsen, até admitem que os maiores grupos empresariais brasileiros estão supercapitalizados e com baixo coeficiente de endividamento. Lembra, no entanto, que o fracasso do governo no combate à inflação e as consequências indefinições de política econômica ainda constituem fortes inibidores dessas decisões de investimentos.

O ex-ministro chega, inclusive, a afirmar que a Constituinte não ajudou. Retraiu os investimentos estrangeiros e ainda emitiu sinais de instabilidade político-econômica ao inserir no texto constitucional um dispositivo tabelando as taxas de juros em 12%. Apesar disso ele assegura que em alguns setores as empresas já saíram em busca de novas oportunidades mas que muitos grupos ainda vão esperar o horizonte ficar mais claro para realizar novas inversões.

O raciocínio do ministro Mário Henrique Simonsen bate, de certa forma, com as avaliações do economista Paulo Rabelo de Castro, da Fundação Getúlio Vargas. Para ele já existem razões objetivas incentivando os empresários na busca de investimentos mas, do ponto de vista subjetivo, o investidor ainda se sente inseguro para tomar a decisão. Entre os fatores objetivos Rabelo destaca o baixo preço cobrado por bens de capital no país (terras, imóveis e equipamentos) e a baixa rentabilidade que as aplicações no mercado aberto proporcionam às empresas. "As opções de continuar aplicando o caixa no *over* estão se transformando num negócio arriscado, tendo em vista a instabilidade do setor público", que está com as finanças completamente caóticas contribuindo para espalhar um efeito maléfico sobre o restante da economia", afirma.

Da mesma forma que o ministro Simonsen, Rabelo também assegura que um grupo por ele classificado de "destemido" já tomou consciência do Brasil real e já saiu em campo "da mesma forma que a alma sai na frente do corpo quando as pessoas estão com pressa". Esses "des-

temidos", na opinião do economista, não estão preocupados com a crise e apostam pesado no futuro. Seus principais expoentes são os produtores de laranja, os pecuaristas, os industriais ligados ao setor de papel e celulose e os empresários envolvidos com tecnologias de ponta e serviços.

Instabilidade — O fato de o poder executivo se apresentar frágil para a sociedade é um fator que inibe os investimentos e contribui para aumentar as incertezas. Acontece que, na avaliação do sócio-diretor da Arthur Andersen, Boris Jaime Lerner, é justamente nas horas de incertezas que acontecem as melhores oportunidades de investimento. O empresário continua reticente em relação aos investimentos mas nos consultores sabemos que, apesar da espiral inflacionária, a economia brasileira não está parada. Até parece — explica — que o país aprendeu a conviver com a inflação acima dos 20%.

O mesmo ponto de vista foi manifestado pelo diretor da Price Waterhouse, Célio Lora, para quem o momento de incerteza e até mesmo a desorganização do setor público farão com que as empresas iniciem uma fase de fusões e incorporações. Pelo que nós temos observado, o mercado ainda não se manifestou por novos investimentos. Mas, na medida em que nos deparamos com um universo empresarial, onde alguns grupos continuam supercapitalizados e outros com grandes dificuldades financeiras, é mais do que lógico se supor que o próximo passo será a incorporação. As unidades mais capitalizadas vão acabar adquirindo as endividadas".

Célio Lora exemplifica lembrando que todas as empresas colocadas em leilão pelo BNDES foram rapidamente absorvidas pelo mercado, o que demonstra que o custo foi compensador considerando suas potencialidades futuras. As empresas disponíveis no mercado estão muito baratas, e tudo indica que uma fase de expansão se aproxima. E o melhor: tenho certeza que o setor privado nacional sairá fortalecido neste processo".

Sistema financeiro é cético

O final dos trabalhos da Constituinte chegou ao meio empresarial como um bombeiro depois do incêndio. Não apaga as chamas a tempo de salvar todo o patrimônio, mas serviu para rescaldar as bases chamuscadas do reinício de uma nova fase de desenvolvimento. Essa é a sensibilidade dos executivos do sistema financeiro, peças fundamentais na percepção do desejo de investir dos setores produtivos da economia. "Pior do que estava não ficará", garante o gerente-geral adjunto do Lloyds Bank (o mais antigo banco estrangeiro em atividade no país, de capital britânico), Luís Lisboa.

"Os empresários estavam emperrados em suas decisões", lembra Lisboa. "Não fazíamos mais hoje o que deveríamos fazer amanhã, ao contrário, adiávamos as decisões para a próxima semana em função da intranquilidade gerada pela Constituinte". Essa opinião é compartilhada pelo diretor do BBA Creditanstalt Banco de Investimento, Cândido Botelho Bracher. Para ele, o final da Constituinte trouxe a perspectiva de um período de estabilidade institucional para os próximos anos.

Essas previsões ainda não podem ser trazidas em números por uma razão bem simples: há pelo menos 200 leis complementares a serem votadas para que as novas regras sejam bem definidas, e essa fase precisa ser transposta. "O mais importante foi termos a Constituinte homologada, agora estaremos avançando paulatinamente, à medida e ao ritmo da votação das leis complementares", acredita Lisboa.

Há opiniões, porém, que concordam na abertura de um novo período de desenvolvimento na economia brasileira, mas consideram a Constituinte como um fator impotente na tomada de decisões. É o caso do economista Francisco Barbosa, assessor de várias instituições financeiras estrangeiras. A Constituinte, para ele, não inibiu o investimento no período em que ela foi discutida e votada.

"A economia brasileira está vinculada às decisões das empresas e aos consumidores, e toda recessão é uma debanda da das empresas e consumidores para o mercado financeiro", acrescenta.

Fiesp mobilizada para o acordo

Fim de emoção. Fim da divisão. Essas são as duas novas palavras de ordem que começam a percorrer os agitados corredores da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Agora, com o fim da votação da nova Constituição pela Assembleia Nacional Constituinte, muda-se o cenário, deixa-se a cena central e estimula-se o movimento de bastidores. O empresariado procura agora compatibilizar sua ação com o novo texto e esta proposta integra o documento que articula com líderes trabalhistas. O presidente da Fiesp, Mário Amato, ensaia o discurso para a retomada dos investimentos. Tranquiliza seus parceiros e remete o problema ao novo inimigo: a inflação. Dentro da entidade há perfeita assimilação e satisfatoriamente recebido o princípio básico da nova Constituição: a iniciativa privada prevaleceu.

A diretoria da Fiesp passou a trabalhar em várias frentes. Em uma delas anuncia para o público interno que há necessidade de se "administrar" o resultado da Constituinte, enquanto prepara textos, documentos, sugestões e arma seu poderoso *lobby* para a próxima fase. Em outra, continua proclamando-se contra o déficit público, o tamanho do Estado na economia e exigindo a privatização de empresas rentáveis e a extinção das deficitárias.

"Basta à inflação" foi a palavra de ordem nascida em um encontro com a CUT (Central Única dos Trabalhadores). O acordo pretende criar, paralelamente, as condições ideais para a retomada dos investimentos.

Nas suas negociações com os trabalhadores, Amato, auxiliado pelo diretor do Departamento Sindical, e também primeiro-secretário da Fiesp, Roberto Della Manna, tem buscado, em segundo lugar, criar mecanismos seguros de correção de preços e salários, desde que se incluam no mesmo rol as tarifas públicas e os preços dos produtos e serviços públicos ou das estatais.

Para atrair os trabalhadores, os empresários aceitaram incluir no acordo cláusulas que pedem a renegociação da dívida externa, mas também não se esqueceram de formular um plano para a conversão da dívida pública interna. A partir de sugestão do presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica), Aldo Lorenzetti, Amato pede o pagamento da dívida do setor público em ações. Ou seja, cada estatal pagaria até 50% de suas dívidas às empresas credoras em ações. Com isso, o Estado reduziria o déficit e consequentemente diminuiria a rolagem periódica de sua dívida, atacando de frente o grande dragão devorador: a inflação.

Reportagem de: Ivan Martins, Zelão Rodrigues e Nilton Horita (São Paulo); Ronaldo Lapa, Elane Maciel e Lúcio Santos (Rio)

Viagem

O seu guia turístico.

JB

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/88

OBJETO: Aquisição de 1 (uma) empilhadeira com capacidade de, aproximadamente, 2.500 Kg

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS: no dia 30/09/88, às 15:00 horas, na Av. República do Chile, 100 - 4º andar - sala de licitações - Rio de Janeiro - RJ

EDITAL COMPLETO: À disposição das interessadas, no endereço acima, 4º andar - GECOM, das 14:30 às 17:30 horas.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES



MINISTÉRIO DA IRRIGAÇÃO
CODEVASF
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

EDITAL Nº 10/88

OBJETO: Construção de Barragem de Taquarandi, no Município de Mirangaba, Estado da Bahia. **CONDIÇÕES:** Empresas nacionais que possuam capital mínimo de Cz\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzados). **LOCAL E DATA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Sede da 2ª Diretoria Regional — Avenida Tancredo Neves, 274, Centro Empresarial Iguatemi, Bloco "B", sala 524, Salvador, Bahia. Dia 13 de outubro de 1988, às 10:00 horas.

OBSERVAÇÃO: O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos no endereço acima, sala 520, por Cz\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados).

2ª Diretoria Regional

Coluna do Castello
A astúcia política no JB.

JB